

**Os desafios do serviço social frente ao pensamento pós-moderno: crítica à ilusória concepção burguesa de realidade****Challenges of social work in the face of postmodern thought: criticism of the illusory bourgeois conception of reality**

DOI:10.34117/bjdv5n8-069

Recebimento dos originais: 14/07/2019

Aceitação para publicação: 21/08/2019

**Ingridy Lammonikelly da Silva Lima**

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Endereço: Av. Pedro Leite, 7 – Bairro Centro, Mari – PB, Brasil

E-mail: [ingridylima17@gmail.com](mailto:ingridylima17@gmail.com)**Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida**

Doutora e Pós-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Pesquisadora de Produtividade do CNPq – PQ B1

Instituição: Universidade Federal da Paraíba /PPGSS

Endereço: Avenida Esperança, 1230 – Bairro Manaíra, João Pessoa – PB, Brasil

E-mail: [blfalmeida@uol.com.br](mailto:blfalmeida@uol.com.br)**José Rangel de Paiva Neto**

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Endereço: Av. Pedro Leite, 7 – Bairro Centro, Mari – PB, Brasil

E-mail: [rangelneto@live.com](mailto:rangelneto@live.com)**RESUMO**

O presente artigo tem por finalidade contribuir para a discussão contemporânea do Serviço Social, problematizando aspectos postos a partir de 1970, quando se inicia a crise estrutural do capitalismo. O intuito é compreender o movimento contraditório de enfrentamento entre os pilares construídos por essa categoria profissional e a ofensiva ideológica burguesa. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica em torno da desmistificação da realidade, baseada no pensamento crítico, a fim de compreender as inflexões do pensamento pós-moderno para o Serviço Social.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Crise; Pós-modernidade.

**ABSTRACT**

This article aims to contribute to the contemporary discussion of Social work, problematizing aspects put in place since 1970, when the structural crisis of capitalism begins. The aim is to understand the contradictory movement of confrontation between the pillars built by this professional category and the bourgeois ideological offensive. It is a bibliographical research

that has discoursed in favor of the demystification of reality, based on critical thinking, in order to understand the inflections of postmodern thought to Social work.

**Keywords:** Social Work; Crisis; Postmodernity.

## 1. INTRODUÇÃO

A partir dos anos de 1970 o mundo, sob a ordem da sociedade capitalista, passa a vivenciar transformações que repercutem em todas as dimensões societárias. O capitalismo experiencia uma fase de renovação a fim de expandir os seus mecanismos de lucratividade e ordenamento ideológico de dominação. A face excludente da sociedade capitalista permanece intacta, a contradição que lhe fundamenta em nada é modificada, a não ser quando se questiona o aprofundamento dessa contradição. Nesse aspecto, sem dúvida, constata-se uma amplificação das sequelas da “questão social”, que por meio de uma refuncionalização do Estado, recupera os traços mais devastadores da ordem burguesa.

A renovação do capitalismo contou com vários mecanismos que pudessem materializar a alavancada da reprodução do capital. O projeto neoliberal, aliado à reestruturação produtiva com o advento de um modelo acumulativo de produção diferenciado, constituiu-se no padrão econômico da fase do capitalismo tardio. Entrelaçado ao modelo econômico tornou-se necessário a deflagração de um modelo ideológico que pudesse manter o controle, determinando a reprodução da forma de ser do capitalismo, sendo este representado pelo que alguns tratam de pensamento pós-moderno, o qual se passa a detalhar a posterior.

No Brasil, as transformações tornam-se observadas, de modo mais contundente a partir de 1990 em um contexto adverso, por corresponder à realidade latino-americana, que acabava de pôr fim a um dos períodos mais perversos da sua história, o período de ditadura militar. Em meio a esse contexto, o Serviço Social, que se institui enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, um campo de trabalho reconhecido e legitimado pelo Estado, não está isento das contradições dessa sociedade.

Nessa direção, a tese de Yamamoto e Carvalho (2013) de que é uma profissão fruto das relações capitalistas e, que, portanto, vivenciou e foi inflexionada tanto pelo marco que deu base para o processo de reestruturação, quanto pelo próprio processo de reestruturação. De modo mais claro, pode-se afirmar que o processo que antecedeu a reestruturação produtiva, no que tange ao caso brasileiro, o período ditatorial impulsionou o Serviço Social para a construção do seu Projeto Ético Político, que é formulado por um arcabouço jurídico, que explicitamente se coloca ao lado da luta da classe trabalhadora, em defesa de uma sociedade

para além do capital. Atualmente, diante da orquestrada ofensiva burguesa, esse projeto profissional encontra-se ameaçado pelas estratégias do grande capital.

A partir desse quadro conjuntural, o intuito do presente trabalho é analisar as inflexões do pós-crise de 1970 no Serviço Social brasileiro, tendo como centro da discussão os influxos dimanados do pensamento pós-moderno, a fim de compreender as discussões que circundam sobre esta temática, deslindando e apontando os riscos da incorporação desse pensamento no Serviço Social.

Trata-se de uma análise crítica, que pretende desmitificar a realidade, baseada no materialismo histórico dialético, por compreender que para se alcançar a totalidade é necessário analisar as mediações que a conforma, de modo que se possa capturar a essência a partir de aproximações sucessivas com a realidade.

## **2. O PENSAMENTO PÓS-MODERNO ENQUANTO LEGADO DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS DA CRISE DE 1970**

O capitalismo é tratado enquanto sistema devido sua estrutura, a qual funciona de modo idealizado, a partir de um ciclo que permite a materialidade da sua produção e reprodução. O ciclo econômico do capital determina o giro da mercadoria, que é produzida pela classe trabalhadora, e que por meio da sua realização – através do valor gerado e não pago pela mão-de-obra dos trabalhadores – garante o lucro e, assim, a renovação do ciclo. Ademais, o capitalismo é gerenciado por elementos que, determinados pelo ciclo lucrativo, intervêm na dinâmica das relações em sociedade a partir de uma falsa consciência. Esta se utiliza dos mecanismos de alienação da realidade para manter a hegemonia da classe que se encontra no topo desse sistema.

O ciclo econômico do capital precisa funcionar de modo que o giro da mercadoria, seguido por sua realização, aconteça em perfeita sintonia. No entanto, historicamente, o funcionamento desse ciclo é interrompido por processos denominados de crise, derivada, sobretudo, pelo próprio modo de desenvolvimento do ciclo, que contraditoriamente ao invés de pôr fim, acaba por fortalecer e reestruturar o sistema produtivo do capitalismo. Nesse entendimento, as crises são processos inerentes ao modo de produção capitalista, “[...] não há capitalismo sem crises”. (NETTO, 2012). Elas interrompem o ciclo D-M-D’ (Dinheiro, Mercadoria, Mais Dinheiro), gerando, conseqüentemente a perda lucrativa do capital.

Na medida em que as crises baixam a lucratividade do capital, adaptam um processo de reestruturação, ou seja, de reação capitalista que possibilita a retomada dos lucros, seguida pela sua superação, passando a lucrar ainda mais.

A crise estrutural iniciada em 1970 proporcionou transformações mundiais em todas as dimensões da sociedade. O capitalismo, anterior a esse período, presenciou a sua fase áurea, como o modelo acumulativo fordista, no qual a lucratividade conseguiu alcançar seus maiores índices e proporcionar um período de esplendor para o capitalismo, o que alguns autores chamam de “anos gloriosos”.

Após esse marco fordista, transformações societárias derivadas da crise incidem até atualidade. O desfecho da crise em 1970 amplifica-se, produzindo um novo projeto econômico, político e sócio-cultural como uma reedição das velhas práticas da burguesia. As transformações que ocorrem no campo da dominação ideológica, se articulam e determinam as demais transformações do processo de reestruturação do capital. Trata-se do que vem sendo chamado de pensamento pós-moderno, designado por alguns autores como um movimento neoconservador, constituindo-se uma ideologia; para outros autores, configura-se como um movimento cultural, que deu corpo a cultura da crise; enquanto outros autores o definem como o novo projeto da humanidade, dentre outras acepções.

Nesse campo de discussão existem duas categorias de intelectuais em torno do pensamento pós-moderno, derivadas da compreensão das transformações advindas da atual fase vivenciada pelo capitalismo. A categoria formada pelos pensadores críticos que têm sua base na crítica da economia política, baseando-se no pensamento da tradição marxista, por meio do materialismo histórico dialético; e aqueles que advogam em favor da concepção de que as atuais transformações societárias proporcionaram a superação do Projeto da Modernidade através de uma nova sociabilidade. Portanto, é importante atinar que a discussão da pós-modernidade não é uma discussão homogênea, havendo, inclusive, discordância entre os intelectuais que se colocam no mesmo campo investigativo.

O pensamento crítico produz diversas análises sobre a pós-modernidade ou o movimento pós-moderno a partir das atuais transformações societárias derivadas da crise estrutural do capitalismo, pós-1970 em suas particularidades política, econômica, social e ideológica. Há análises que apontam como um movimento pós-modernista, que se finca na dimensão cultural do mundo das artes, da música, do cinema, do teatro, etc., espalhando-se pelas determinações dos fundamentos da sociedade de classes (JAMESON, 1996; CANTALICE, 2013). Há outros que consideram o pensamento pós-moderno como uma

vertente neoconservadora, compondo a ideologia dominante da burguesia (SANTOS, 2007). E há ainda aqueles que a concebe como um nada, como uma mistificação do complexo ideário burguês (SOUSA, 2005). Evidentemente entre os intelectuais que rechaçam o pensamento pós-moderno, há elementos a serem considerados que se cruzam e alinham-se em sua centralidade, que é o campo de resistência e afirmação do Projeto da Modernidade.

Os intelectuais que advogam em favor da pós-modernidade, há aqueles que afirmam a superação do projeto da modernidade seja pelo fracasso dos paradigmas da Modernidade (LYOTARD, 2009), seja pela impossibilidade de cumprimento de suas promessas emancipadoras (SANTOS, 2003). Segundo Santos (2003), há os pós-modernos de “celebração” que se conformam com a nova fase e passam a defender os seus elementos; e os de “contestação”, que afirmam a superação da modernidade e o início de uma nova sociabilidade, mas que fazem a crítica a esses novos elementos.

As transformações sociais ocasionadas pela crise estrutural do capital, insurgida em torno dos anos de 1970, no terceiro estágio do capitalismo monopolista, na fase tardia do capital, incontestavelmente, trouxe novos elementos que, sem dúvida, têm por objetivo fim a reestruturação e o retorno da lucratividade burguesia. Entretanto, tais transformações em nada modificaram a logística estruturante do capitalismo. Portanto, o quem vem sendo chamado de pós-modernidade em nada rompe com o projeto da Modernidade. Na verdade, trata-se de uma vertente pertencente ao neoconservadorismo, que se alastra na contemporaneidade, correspondendo à terceira fase<sup>1</sup> de desenvolvimento das concepções científicas burguesas iniciada na fase imperialista do capital.

Desde o lapso de constituição do pensamento burguês – com o abandono dos princípios revolucionários – fomenta-se um pensamento que corresponda à ordem dominante, a fim de legitimar e determinar a materialização da consciência burguesa, que na essência constitui-se enquanto uma falsa consciência por mistificar a realidade.

Assim, sem o intuito de conceituar, mas sim de capturar as múltiplas determinações sócio-históricas, pode-se afirmar que, no campo da essência, o pensamento pós-moderno constitui-se uma expressão da ideologia burguesa, compondo uma vertente do neoconservadorismo, que diz respeito à guinada do capitalismo na sua terceira fase do estágio

---

<sup>1</sup> A primeira fase, que vai até 1848 baseia-se na transfiguração da burguesia revolucionária para uma burguesia conservadora. A partir de 1848 o pensamento revolucionário burguês passa pelo que Lukács determinou enquanto a decadência ideológica da burguesia. Para mais ver o artigo de Ricardo Lara “Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia” (2013). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v16n1/v16n1a10.pdf>

monopolista, na tentativa de derruir a racionalidade, a historicidade, a totalidade e decretar a “vitória da sociedade capitalista”.

## 2.1 AS INFLEXÕES DO CHAMADO PENSAMENTO PÓS-MODERNO NO SERVIÇO SOCIAL

Compreender as inflexões do que vêm sendo chamado de pensamento pós-moderno no Serviço Social, exige a compreensão do processo de Renovação da profissão, diante do contexto histórico brasileiro dos anos de 1990. O Serviço Social brasileiro na contemporaneidade resulta de um construto coletivo, que corresponde a esse processo de Renovação, o qual possibilitou o rompimento da profissão com as práticas conservadoras, instituindo diretrizes que demarcam a posição histórica da profissão ao lado da luta da classe trabalhadora.

O processo de Renovação do Serviço Social possibilitou um avanço político para a profissão com um giro a esquerda ao construir a contestação e a crítica à ordem capitalista. Segundo Netto (2011), os principais ganhos para a profissão estão no direcionamento crítico, alcançado no momento de “intenção de ruptura”, que se guinou ao materialismo histórico dialético como método que determinou as dimensões técnico-operativa e prático-metodológica.

Para esse autor, esses avanços possibilitaram o rompimento do Serviço Social com o Projeto da Modernidade em sua versão conservadora, por compreendê-lo como sendo um construto da classe burguesa, e, passa o Serviço Social à defesa do cariz revolucionário do Projeto de Modernidade colocando-se ao lado e na defesa da classe trabalhadora, a partir de um viés anti-capitalista, reconhecendo as contradições advindas da relação Capital X Trabalho, que geram as expressões da “questão social”, campo de atuação e enfretoamento.

O reconhecimento das problemáticas sociais, advindas da contradição capitalista, fez com que o Serviço Social buscasse a compreensão da realidade social no método marxista, atrelado a teoria social crítica. Inicialmente, o viés crítico era visto em pequenos grupos de discussão, que tentavam dialogar com outras teorias e, assim, “abandonar” o tradicionalismo profissional. Segundo Netto (2011), a expansão dessa perspectiva para fora dos pequenos círculos, só foi possível no momento de crise do sistema autocrático burguês.

Decerto, a aproximação do Serviço Social com o marxismo constituiu-se de modo enviesado, por ter acesso aos intérpretes revisionistas ao invés das fontes primárias. Entretanto, essa aproximação – no contexto da efervescência política de crítica à ditadura militar –

impulsionou a construção dos princípios norteadores do Projeto Ético Político da profissão, embasado coletivamente no materialismo histórico dialético como método de análise da realidade e de atuação prático-operativa.

A construção da direção crítica da profissão redimensionou todas as dimensões do Serviço Social, questionando seus próprios fundamentos. A aproximação com o marxismo se deu durante o período que Netto (2011) chama de “intenção de ruptura”, por compreendê-lo enquanto um processo, que mesmo rompendo com as práticas tradicionalistas/conservadoras da profissão, ainda guarda traços da eliminável condição da existência do conservadorismo, estratégico para a manutenção do capitalismo, enquanto campo ideo-político de legitimação da ordem burguesa.

Para Santos (2007), a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista ocorreu a partir de sucessivas aproximações com as problemáticas endógenas e exógenas da profissão, ocasionando, inicialmente, algumas fragilidades que se traduziam na operacionalização positivista a partir da compreensão do método como sendo aplicável a prática social.

Decerto, as teorias que materializavam o conservadorismo na profissão não foram eliminadas, estas passaram a disputar espaço teórico-prático, com a direção política e hegemônica da profissão, que tem o método do materialismo histórico dialético como caminho para a compreensão da realidade concreta. Entretanto, mediante o fortalecimento do campo da direita, com o processo de reestruturação produtiva do capital, a partir da crise de 1970, o capitalismo tem se resguardado em uma forte reatualização conservadora, que trata de capitanear e instituir a sua lógica dominante, agindo fortemente no campo ideo-político, a fim de garantir, alinhado ao projeto econômico do neoliberalismo, o apogeu econômico da lucratividade capitalista.

As atuais estratégias conservadoras se transvestem por um neoconservadorismo, ao corresponder às incorporações das transformações contemporâneas, Santos (2007) discorre sobre o neoconservadorismo pós-moderno. Para essa autora, o pensamento pós-moderno constitui-se uma vertente neoconservadora, que em sua essência não traz nada de novo, apenas reedita e reafirma as nuances presentes nas diversas teorias de cunho conservador.

Mediante o contexto adverso que se coloca a partir dos anos de 1990 no Brasil, que as inflexões do pensamento pós-moderno passam a orbitar o Serviço Social, enquanto uma vertente neoconservadora, instituindo a oposição ao método materialista histórico dialético. (CANTALICE, 2013).

Para Santos (2007, p. 86), “[...] o que particulariza o recurso à simplificação do marxismo submetido à crítica pós-moderna no Serviço Social são os caracteres próprios da nossa apropriação de ambos os referenciais no interior dos históricos conservadorismo e sincretismo profissionais”. As inflexões pós-modernas no Serviço Social expressam-se por dois segmentos: aqueles que rejeitam o marxismo e reiteram a postura conservadora presente nos fundamentos da profissão, afirmando-se como oposição ao construto profissional no campo crítico; e um grupo que compartilha de alguns aspectos do marxismo, mas que advoga em favor da existência e superação das suas lacunas, vendo no campo da pós-modernidade essa possibilidade. (SANTOS, 2007).

A falta de compreensão das transformações em curso, alinhada aos vestígios conservadores da profissão, faz com que o pensamento pós-moderno adentre e inflexione as três dimensões que dão corpo ao Serviço Social: ético-político; teórico-metodológica e técnico-operativo que se inter cruzam e se determinam.

A dimensão ético-política, discutida a partir do processo de Renovação da profissão, compreende o papel político e ético dessa categoria profissional, frente aos problemas sociais, advindos da contradição capitalista. Depara-se no Serviço Social, frente à organização política, tanto de modo exógeno, quando de modo endógeno, uma análise que compreende a sua militância no fortalecimento da defesa do Projeto Ético Político da Profissão; e, conseqüentemente, a sua atuação no campo da luta da classe trabalhadora. Esse processo político insere-se na crítica às estratégias globais engendradas pelo capitalismo maduro, pelo projeto econômico do neoliberalismo e ideológico da pós-modernidade que defendem o fim da classe trabalhadora. Esse ideário fortalece a fragmentação e o não reconhecimento de classe, resultando, por sua vez, na fragilização do projeto societário dos trabalhadores, no campo em que os assistentes sociais se inserem. Acentuam-se, no que afirma Duriguetto (2014, p. 187), “[...] fortes incorporações das ‘premissas teóricas pós-modernas’ e a decorrente leitura fragmentada/focalizada das lutas sociais e/ou tratamento de categorias com acentuando recurso ao ecletismo”.

A incorporação das concepções chamadas de pós-modernidade nos movimentos sociais contemporâneos é mais do que comprovado. O caráter anti-totalidade presente no pensamento pós-moderno tem fragmentado a luta de classe, desarticulada da sua causa central.

Na dimensão teórico-metodológica da profissão, o pensamento pós-moderno tem inflexionado na escolha do método, o que, conseqüentemente, determina o desvelamento da realidade. O pensamento pós-moderno por não se tratar de uma teoria, não compartilha de um



método próprio, concebe, desse modo, a defesa da utilização de qualquer método ou a utilização de vários métodos, reforçando a prática do ecletismo. Entretanto, a liberdade na escolha do método pelos intelectuais que defendem e propagam as concepções pós-modernas tem seu limite, quando se trata da utilização do materialismo histórico dialético. Nesse caso, esses intelectuais fundamentam-se no discurso de que o materialismo histórico dialético não dá mais conta de compreender a dinâmica contemporânea da sociedade e que, por isso, esgotou-se junto com a Modernidade.

As pesquisas recentes em torno da produção do conhecimento do Serviço Social revelam essas inflexões. Nesse campo, pode-se citar as pesquisas realizadas por Cantalice (2014), Santos (2007) e Almeida (2016)<sup>2</sup>, as quais demonstram em seus estudos a abertura da pós-modernidade no campo da produção do conhecimento dessa categoria profissional.

A pesquisa realizada por Cantalice (2013), particularmente, demonstra um modesto, mais preocupante, abandono da utilização do método materialista histórico dialético, seja pela sua recusa, seja pelo desconhecimento de sua utilização. Além disso, há uma incorporação do Serviço Social por intelectuais que vêm dialogando e reforçando o cariz pós-moderno, em detrimento das linhas teóricas que contribuem com o campo crítico, resultando em análises que não dão conta de deslindar as mediações e contradições da realidade.

Segundo Santos (2007) essa é a primeira vez, após o processo de Renovação da profissão, que os extratos do conservadorismo passam a questionar no contexto teórico, enquanto disputa da conquista do campo crítico.

O decreto do “fim da história”, estimulando a fusão do espaço-tempo, apregoa o imediatismo das ações, o que impede atingir às causas estruturantes de uma dada problemática social. No âmbito prático do Serviço Social, esse imediatismo fortalece a razão instrumental e a tradição conservadora que reforçam o tecnicismo, o utilitarismo e o pragmatismo da profissão.

A incorporação das concepções do pensamento pós-moderno na prática profissional, contribui e define a redução prático-operativa da profissão para o trato, puramente, tecnicista,

---

<sup>2</sup> A Pesquisa desenvolvida por Cantalice (2013) está presente em sua Tese defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, intitulada “**As inflexões do Pós-Moderno na Produção do Conhecimento em Serviço Social**”. Em Santos (2007) pode ser vista em sua Dissertação, defendida em 2000 pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulada “**Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**”. As pesquisas desenvolvidas por Almeida (2016) podem ser acompanhadas pelos seus últimos artigos, com destaque para o último publicado no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), intitulado “**As transformações em curso e as inflexões para produção do conhecimento no Serviço Social: uma análise a partir do legado da modernidade às inflexões da pós-modernidade**”

pragmático, imediatista que coloca em xeque a maturidade e a legitimidade da profissão, alcançada durante o processo de Renovação dessa categoria profissional.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A centralidade do pensamento pós-moderno, como se aludiu anteriormente, consiste na decretação do fim do Projeto da Modernidade. Esse Projeto fundamenta a contradição capitalista, que tem a produção de pobreza na mesma medida que produz riqueza, devido à apropriação da produção coletiva nas mãos de uma pequena minoria, formada pela burguesia. Afirmar que se superou a Modernidade é o mesmo que pôr fim a essa contradição, e conseqüentemente, extinguir o objeto de intervenção dos assistentes sociais que são as expressões da “questão social”.

O ideário pós-moderno contraria todo arcabouço político construído pelo campo da esquerda, mistificando a realidade, por meio de uma falsa consciência da realidade. Para seus defensores, o capitalismo venceu e o que deve ser buscado são formas de sobrevivência nessa sociedade. Esse aspecto agrava ainda mais a concepção pós-moderna de mundo, pelo fato do seu discurso, em algumas das vezes, vir permeado de uma criticidade, que se resume ao nível da aparência, mas que serve de reforço para aqueles que não conseguem compreender a realidade em sua essência.

Decerto, o pensamento pós-moderno não passa da recuperação e utilização de tudo que há de mais conservador e reacionário, alinhado às transformações tecnológicas, que permitem a sua difusão, por meio de uma semiologização do real, com uma obsolescência mercadológica das relações sociais.

A posição social e política que o Serviço Social se propõe e vem assumindo, a duras penas, a partir do processo de Renovação, implica em grandes desafios. Ora, a tarefa atribuída à categoria de intervir criticamente junto às refrações da “questão social”; ou seja, intervir nas problemáticas que advêm da sociedade capitalista, de modo que ultrapasse o ordenamento moral e individualizante, coloca essa categoria em um campo de oposição ao sistema que a lhe legitima dentro da divisão sócio-técnica do trabalho.

O ideário pós-moderno inflexiona o Serviço Social, por opor-se, em sua centralidade, a luta da classe trabalhadora na construção de uma sociedade para além do capitalismo. Os princípios que norteiam o Serviço Social fincam-se na luta da classe trabalhadora, São princípios que propõem a emancipação política, mesmo sendo esta um projeto construído para além da ordem do capital.

A totalidade proposta pelo Serviço Social, tanto na sua compreensão teórica, quanto no seu exercício profissional – compreendendo-as enquanto unidades que se fundamentam e imbricam-se – é negada e reificada pelo projeto pós-moderno por instituir a análise presenteísta, destituindo o fazer profissional do Serviço Social de suas mediações que compõem a totalidade para reforçar o discurso de que “na teoria à prática é outra”.

O pensamento pós-moderno recusa o método assumido coletivamente pelo Serviço Social: o materialismo histórico dialético, fazendo com que os substratos conservadores da profissão reanimem e passem a disputar de modo mais ostensivo o campo ideo-político da categoria; além do que reforça o ecletismo historicamente existente na profissão, direcionando a utilização de qualquer método, sem qualquer compromisso com o real, a luz do discurso de que o marxismo está ultrapassado e não dá mais conta das transformações desencadeadas pelo desenvolvimento do capitalismo.

Decerto, o ideário pós-moderno abre campo para uma atuação profissional desconectada da realidade e frágil na prospecção de disputa de espaços e na viabilização de direitos. Diante do atual contexto brasileiro, com o avanço mais explícito do conservadorismo, incorporado por novos elementos que o fazem neoconservador, no qual embasou um golpe constitucional, vivencia-se a radicalização da barbárie social através da destituição dos direitos sociais derivada da amplificação do projeto neoliberal. Esse contexto agrava ainda mais o espaço profissional que ocupa o Serviço Social, exigindo ainda mais a afirmação do Projeto Ético Político.

A atual conjuntura histórica aponta para grandes desafios, sobretudo, enquanto constituinte da classe trabalhadora. Ao Serviço Social, na certeza de que o seu projeto contribui e alinha-se ao projeto da classe trabalhadora, lhe resta o enfrentamento às novas modalidades operacionais que são postas, enquanto mero apêndice do assistencialismo, por prover uma atuação imediata, individualizada e fragmentada, o que acarreta o abandono a sua luta e a crítica à sociedade capitalista.

Diante da dinamização do atual mundo do trabalho, que cada vez mais acentua as relações de exploração, o que não é diferente com os assistentes sociais, traçar estratégias de embate não se constitui tarefa fácil. No entanto, a dimensão ideo-política do Serviço Social aponta um caminho que, segundo a tese de Duriguetto (2016) consiste um dos primeiros passos que deve ser adotado pela profissão, que é: a atuação junto aos movimentos sociais, não em uma perspectiva messiânica de que somos o “sal da terra”, mas em uma perspectiva política de assessoramento e, acima de tudo, identificando-se enquanto classe trabalhadora,

reconhecendo o capitalismo como sistema predatório dessa classe, conseqüentemente a luta pela sua superação como única saída.

### REFERÊNCIAS

CANTALICE, L. B. O. **As inflexões do Pós-Moderno na Produção do Conhecimento em Serviço Social**. (Tese de Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

FONSECA, C. C. O projeto de formação do Serviço Social e as inflexões do pensamento pós-moderno. In: **Temporalis**. Brasília, ano 16, n.31, jan/jun. 2016.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação histórico-metodológico**. 39º ed. São Paulo, Cortez, 2013.

JAMENSON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1996.

LYOTARD, Jean-Françoise. **A Condição Pós-moderna**. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. 12a Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 13º ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7º ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. Crise do Capital e Consequências Societárias. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e serviço social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n.50, ano XVIII. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, B.S. **Pela Mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo Pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleções da nossa época)

SOUZA, J. M. A. **O Conservadorismo Moderno**: esboço para uma aproximação. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n122/0101-6628-sssoc-122-0199.pdf> (Acesso em: 27 de Janeiro de 2016)